
Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar brasileira

Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento¹; Zeidi Araújo Trindade²; Lúgia Amâncio³

1. Introdução

Os dados aqui apresentados são parte de pesquisa desenvolvida em curso de doutorado que busca investigar a participação feminina na militância política durante a ditadura militar brasileira (1964-1982)⁴. Sua relevância situa-se na necessidade, sob nosso ponto de vista, de análise mais aprofundada, no nível psicossocial, de questões vinculadas às relações de género em sua interconexão com o campo político na história recente do Brasil. Esse nos parece ser o caso da militância política de mulheres durante o regime de ditadura militar brasileira, quando jovens assumiram um papel inédito tanto no campo da política quanto no das relações de género, rompendo com os códigos de sua época. Investigar a participação da mulher nesse contexto pode oferecer importantes informações que colaborem para um entendimento mais geral da construção social da identidade feminina que, a partir dessa época passa por intensas transformações.

A historiografia oficial de uma etapa importante para a constituição da memória social brasileira contemporânea, os anos da ditadura militar, só agora começa a assimilar, de forma mais sistemática, os depoimentos de alguns dos principais envolvidos nos acontecimentos desse período: os perseguidos por esse regime político de excepção. Por mais de 20 anos, uma grande parcela desses sujeitos não pôde, por motivos diversos, assumir e contar suas histórias, a mulher, como categoria, tem poucos registos históricos pertinentes. É valioso, portanto, o testemunho daquelas que militaram contra o regime, pois através do conteúdo de suas narrativas, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada.

Nesse sentido, buscamos com esse trabalho lidar com alguns temas instigantes e importantes para a construção da memória social, como geração e género⁵, reflectindo sobre um conjunto de factores que se revelaram muito significativos para a avaliação das motivações que levaram à participação política e seus reflexos na vida conjugal, na maternidade e na participação política e social actual das mulheres entrevistadas.

2- O cenário político-social

Nos anos de 1962-1964 o movimento estudantil universitário começa a se inserir nas campanhas reformistas do final do período populista nos dois maiores centros urbanos do Brasil

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil

² Docente no Programa de Pós-Graduação em Psicologia/Universidade Federal do Espírito Santo/Brasil

³ Docente do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa /ISCTE e membro Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e das Organizações – Lisboa.

⁴ O estudo teve por base a realização de oito entrevistas individuais gravadas após consentimento por escrito e seguindo um protocolo de entrevista semi-estruturado contendo aspectos relacionados à trajetória de vida das mulheres desde a infância.

⁵ Permeia a temática a complexa problemática de identidade em situação limite de ameaça física e psicológica como apontada por Pollack (1992) e por outros que pesquisaram o tema (Ferreira, 1996; Catela, 2001; Colling, 1997; Carvalho, 1998).

(Rio de Janeiro e São Paulo) e em diversas outras capitais⁶, gerando uma mobilização que deu intenso vigor à vida estudantil. Logo após, com o golpe militar de 1964, iniciou-se uma fase de silêncio forçado aos movimentos de massa. A partir de então, lutas estudantis renasceriam em resistência ao projecto de reforma educacional da ditadura e na luta contra a repressão policial-militar, até chegarem aos grandes actos públicos de 1968, conhecido como o “ano dos estudantes”.

Ventura (1988) conta que o Governo Brasileiro parecia temer a radicalização desse movimento. O “golpe dentro do golpe”, o Ato Institucional nº 5, o AI-5, de 13 de Dezembro de 1968, tornou-se o divisor de águas e deu início ao período que ficou conhecido como “*os anos de chumbo*”.

O AI-5 decretou a suspensão de todas as garantias individuais e dos direitos políticos. A partir daí, o confronto saía do campo das ideias e descia às ruas, com a luta armada, e aos porões, com a tortura. O ideário de libertação difundido por qualquer segmento intelectual, artístico, estudantil ou operário, ficava impossibilitado de ser conjugado com a ideologia da Segurança Nacional imposta pelo regime. Os anos 70, em consequência, foram marcados por uma intensa perseguição a qualquer pessoa que os militares achassem que poderia levar a algum líder importante desses movimentos considerados subversivos. A clandestinidade deixou de ser opcional para muitos e tornou-se obrigatória, na medida que as ideias que inspiravam o movimento de reconstrução sociopolítica do país, em conjunção com a transformação de valores e costumes, tiveram que encontrar novas formas de existência.⁸

3. Identidade feminina e militância

Segundo Abreu (1997), a juventude revolucionária era formada por um conjunto de pessoas com idades que variavam entre 14 e 24 anos (final dos anos 60 e início dos anos 70), que compartilharam e viveram a mesma conjuntura histórica e o mesmo projecto: através da luta armada, derrubar o regime militar. O que fica claro, conforme aponta Abreu, é que junto com o projecto de derrubar o regime também estava o de revolucionar os costumes, os valores e as relações sociais e afectivas, que deveriam ser mais igualitárias. Tais propostas eram partilhadas também com militantes que não participaram da luta armada.

A participação feminina nas organizações de militância política pode ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de género. Tanto Ferreira (1996) quanto Abreu (1997) apontam que a condição inicial da ruptura dos modelos tradicionais de género não se dava em função da participação minoritária das mulheres, mas principalmente pela indicação de uma participação diferenciada: elas raramente ocuparam lugares de comandos nas organizações⁹.

Ridenti (1990), ao discutir a participação da mulher nos movimentos de guerrilha, aponta que a presença feminina reflecte um processo de *libertação da mulher* na medida que tais grupos proporcionaram uma contestação à ordem estabelecida em todos os níveis, embora Ferreira (1996) e Colling (1997) nos mostrem que em nenhum momento nesse processo ficou evidente uma discussão de carácter eminentemente “feminista”. Segundo Ferreira (1996), os pressupostos do movimento

⁶ Belo Horizonte-MG, Salvador-BA, Recife-PE, Porto Alegre-RS, Goiânia-GO e Vitória-ES.

⁷ Os interesses do movimento já não estavam mais voltados apenas para as causas educacionais e, a partir de então se aproximaram dos mais diversos grupos que também questionavam o regime militar. A partir de 1965, o teatro brasileiro, por exemplo, apresentou textos desbravadores, engajando-se na denúncia de questões cruciais que abalavam a realidade brasileira, tornando-se um dos meios de maior resistência ao regime militar (Ferreira, 1996; Abreu, 1997; Micahlski, 1994; Aguiar, 1994; Ventura, 1998; Simões, 1999).

⁸ Martins Filho, 1987; Ferreira, 1996; Carmo, 2001.

⁹ Abreu (1997) aponta que a maioria das militantes era formada por estudantes, professoras ou tinham qualquer outra formação superior, sendo assim integrantes das denominadas camadas médias intelectualizadas, fazendo com que, possivelmente, tivessem condições para desempenhar um papel mais destacado nas formulações políticas. Portanto, embora as mulheres tivessem condições intelectuais, faltava a elas ser do género “certo”.

feminista só foram absorvidos por algumas dessas mulheres em meados de 70 (muitas vezes quando já se encontravam presas).

É mais prudente admitir que no momento de participação dessas mulheres na militância política contra o Regime Militar se deu o início de um rompimento com “*o estereótipo da mulher restrita ao espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona de casa, que vive em função do mundo masculino*” (Ridenti, 1990: 114).

A possibilidade de se engajar em um projecto, seja colectivo ou individual, confere sentido e orientação às intenções dos indivíduos, traçando suas trajectórias e organizando suas identidades (Velho, 1994). Os jovens e todos os brasileiros que, por acreditarem na possibilidade de transformação da realidade de seu país pela derrocada do regime militar, optaram pelo engajamento no projecto revolucionário de esquerda tiveram suas propostas e projectos de vida subitamente estancados, sofrendo o impacto da brusca redefinição no processo de elaboração de suas identidades e de suas auto-imagens: de agentes de transformação passaram a vítimas das estratégias da repressão militar.¹⁰

Conforme argumentam Ferreira (1996) e Catela (2001), o processo de redefinição da identidade certamente continua, mas suas condições e seu resultado colocam os que vivem essa situação à beira de uma espécie de vazio existencial e social. As autoras apontam que, aos que sobreviveram, resta o recurso da construção da memória sobre esse período, pelo resgate de suas lembranças e, com elas, de suas identidades.

4- Memória e história.

A memória social brasileira ainda não recuperou o conteúdo de uma etapa importante da história recente do País. Como já foi dito, a versão oficial sobre aquele período só agora começa a assimilar a presença de outros participantes, principalmente a participação das mulheres, cuja contribuição é inquestionável.

Segundo Halbwachs (1990), a reconstrução da memória colectiva é um elemento fundamental para a vida social, tanto no que diz respeito a sua permanência e continuidade quanto para a sua transformação. O que a memória realiza é a reinvenção de um passado comum que disponibiliza elementos para que os homens interpretem o presente, o preservem ou modifiquem, e até mesmo projectem o futuro. Esse processo é desenvolvido num campo sociopolítico historicamente datado, conferindo especificidade e provisoriedade à rememoração das representações e dos fatos ocorridos.

Nesse amplo quadro da memória colectiva, há alguns aspectos diferenciados importantes. Entre eles está a influência na construção de identidades, como também sua força perturbadora, que desafia a história oficial pelo resgate de memórias antagonistas¹¹.

O controle sobre o passado não garante apenas o controle sobre o futuro, ele significa, sobretudo, o controle sobre o presente e, por extensão, um determinado poder sobre quem nós somos. O desconhecimento das diversas histórias que compõem a ampla história de um grupo subtrai a possibilidade de compreender melhor os processos sociais nos quais se está envolvido no presente, diminuindo a capacidade de escolha e de autodeterminação. Ferreira (1996) explica que, através dessa perspectiva, a amnésia social, insistentemente atribuída aos brasileiros ou ao Brasil, assume uma outra posição, o esquecimento (e também o desconhecimento, já que não podemos nos lembrar daquilo que não conhecemos) é socialmente organizado através de um processo selectivo, controlado principalmente por esferas de poder tais como a do Estado, a das elites e a dos meios de comunicação, que são espaços privilegiados de criação de memória social.

¹⁰ Valle, 1999; Abreu, 1997.

¹¹ É importante deixar claro que nosso interesse não é o estudo complexo sobre as relações entre história e memória, nosso interesse no assunto se dá por entendermos que o conhecimento da memória social e da história, é fundamental para a compreensão dos processos psicossociais que são o foco do nosso estudo.

Nessa condição, podemos perceber que nos depoimentos de ex-presas políticas (Ferreira, 1996; Colling, 1997; Carvalho, 1998) a relação entre memória e ideologia apresenta-se estreita e complexa. São mulheres duplamente atingidas pela produção da amnésia social, sofrendo tanto os efeitos da hegemonia da historiografia oficial como os da hegemonia de género. Portanto, a construção de sua memória individual e de grupo enfrenta, além da repressão de seu discurso político (assim como a enfrentam seus companheiros de militância), a repressão de seu discurso, de um modo geral, em função da sua posição na hierarquia de género (Ferreira, 1996; Colling, 1997). Possibilitar a reconstrução da memória colectiva pode levar a um resgate do papel que desempenharam, contribuindo para a discussão e transformação das relações de género.

Além da selecção do que deve ser lembrado, existe a possibilidade de modos particulares de lembrar. Nesse sentido Halbwachs (1990), em relação aos estudos sobre memória, destaca que o relevante não é o grau de precisão ou pertinência que a recordação apresenta em relação a sua realidade passada, mas a razão por trás da forma particular de construção dessa memória por parte de um actor ou grupo social determinado. Silêncios, hesitações, gestos-todos têm igual valor, oferecendo pistas sobre a natureza do que foi retido e que está sendo elaborado no presente.

Nessa questão há um ponto interessante que deve ser levantado: a percepção da realidade, do presente. Assim como ocorre na construção da memória um processo de selecção do que deve ser lembrado, também ocorre um processo selectivo das percepções que devem ser esquecidas. Trata-se de uma amnésia selectiva, cujo conteúdo de negação funciona como protecção para o indivíduo contra situações que de alguma forma fogem ao seu controle (Pollack, 1989).

Por outro lado, Ferreira (1996) e Carvalho (1998) mostram que os campos da realidade social podem ter diferentes versões, a partir da memória particular que determinados actores sociais (nesse caso, os militantes políticos) têm do passado, o que assinala mais uma característica importante da memória: é preciso conhecer quem faz lembrar, pois os grupos que accionam esse processo o fazem a partir de um lugar determinado na grade sociocultural, com questões próprias sobre tal passado (Catela, 2001).

Assim, através dos depoimentos das mulheres que iremos entrevistar, esperamos estar dando continuidade e expansão a um processo incomum de construção de memória e de redefinição de identidade, pelas características das trajectórias de vida das ex militantes políticas. Nesse processo essas mulheres surgem como agentes históricos e sociais referenciados a um dado grupo, participando de um determinado projecto colectivo. Sujeitos com biografias próprias em construção, que no desempenho de seus papéis históricos e sociais, fizeram escolhas e sofreram suas consequências.

5- A militância e seus reflexos na vida de oito mulheres brasileiras

Fazem parte da amostra 08 mulheres com faixa etária entre 48 e 58 anos. Todas as mulheres foram estudantes universitárias engajadas no movimento estudantil, filiadas, durante algum tempo, a partidos políticos clandestinos, e estiveram presas por períodos que variaram de um mês a um ano. Apenas uma não foi presa, mas teve o marido preso.

As mulheres entrevistadas apresentam características que fazem com que a amostra se divida em dois grupos: 1- Quatro mulheres que iniciaram a militância a partir de 1964 (ano do golpe militar) e 2- quatro que iniciaram em 1972 (após o AI-5 no ano de 1968). Alguns aspectos caracterizam as diferenças entre os dois grupos. No primeiro grupo as mulheres se engajaram na militância antes de iniciarem o curso superior, em média com 17 anos, através de movimentos religiosos e estudantis; foram presas ou perseguidas pelo regime em 1968, em média com 20 anos, com um tempo de militância de quatro anos. Neste momento duas já haviam terminado o curso superior e duas estavam no último ano. Já as mulheres do segundo grupo iniciaram a militância no segundo ano de faculdade, em média com 21 anos, filiando-se a um partido político clandestino via movimento estudantil, sendo presas em 1972, em média 7 meses após o início de sua militância.

Tais características reafirmam os dados apontados pela literatura em relação ao acirramento da repressão militar após o AI-5 de 13 de Dezembro de 1968.

As origens das mulheres variaram, sendo duas de origem urbana de classe baixa; duas de origem urbana de classe média; duas de origem rural de classe média e duas de origem rural de classe baixa. Todas as mulheres de origem rural migraram para a capital de seu estado para darem continuidade aos estudos. A divisão simétrica entre grupos, as origens e as classes sociais não foi um critério *a priori*, e só foi percebida depois da colecta de dados.

A análise preliminar dos dados, realizada por meio de Análise de conteúdo, aponta como categorias relevantes destacadas pelas mulheres em suas trajetórias: 1- motivação para militância; 2- casamento; 3- maternidade; 4- participação política actual; 5- memória sobre o período.

1- Motivação para militância: Os relatos mostram como base da motivação principalmente o contexto familiar, mas também aparecem as características pessoais e as relações amorosas. Todas as mulheres citaram a religiosidade familiar e a ideologia do amor ao próximo como tendo influenciado o ideal de justiça e igualdade social que buscavam. Nota-se que nas famílias havia uma abertura para discussão política e social, geralmente conduzida pelo pai, e que as mães valorizavam mais o estudo do que o casamento. As motivações pessoais referidas se relacionavam ao gosto por discussões e participações em grupos que estivessem produzindo um pensamento crítico sobre a realidade social existente, preferência esta bastante entrelaçada com o tipo de convívio familiar que desfrutavam. As relações amorosas como base motivacional só aparecem no segundo grupo: as quatro mulheres filiaram-se a um partido político clandestino através do namorado ou através de algum colega que posteriormente se tornou um namorado, com os quais foram presas.

2- Casamento: O casamento foi uma categoria bastante citada pelas mulheres. Os dados apontam diferenças em relação ao momento e a duração dos casamentos entre os dois grupos de mulheres. Para o primeiro grupo o casamento ocorreu após a prisão das mulheres, e apenas uma delas se casou com um estudante militante, já no exílio, do qual se separou posteriormente. As demais se casaram após o período intenso de militância e prisão e com homens não militantes, que compartilharam momentos de perseguição política/profissional, sendo necessário a uma outra recorrer ao exílio. Apenas o marido da única mulher desse grupo que não foi presa, se torna militante após o casamento. A entrevistada acredita não ter sido presa junto com o marido (1972) em função de já estar casada. Tais casais permanecem casados até os dias actuais.

Já as mulheres do segundo grupo foram presas junto com os namorados. Após serem soltas, uma delas grávida, casou com o namorado ainda preso, outra casou um ano após a soltura do namorado, também grávida, e uma terceira, já casada na época com um militante, entrou na clandestinidade por vários anos após a soltura, acompanhando o marido que era fugitivo. Actualmente todas estão separadas. As mulheres desse grupo contaram que outras duas amigas, que também estiveram presas, se casaram ainda com os namorados presos pois o estado civil ajudava o acompanhamento do processo e facilitava as visitas à cadeia. A quarta mulher do grupo se casou alguns anos após ser solta, com um homem não militante, permanecendo casada até os dias actuais. Em geral todas as entrevistadas relatam que serem casadas ou não interferia na maneira como eram tratadas pelos militares, as casadas não ficavam presas caso seus maridos já estivessem.

3- Maternidade: Aqui novamente uma diferença aparece entre primeiro e o segundo grupo. As mulheres do primeiro grupo ao se tornarem mães já não estavam mais envolvidas com a militância directa, duas já se encontravam fora do país exiladas. Apenas uma delas mencionou que a maternidade afastou-a da militância sem que ela desejasse. Já para as mulheres do grupo dois, esse foi o principal motivo para o abandono da militância política. Após o nascimento dos filhos já não se interessavam mais pela militância política, optando por se dedicarem inteiramente à vida profissional e à maternidade. É interessante destacar que, no geral, as mulheres relatam terem sido

mães tradicionais seguindo o modelo de maternidade de suas mães. Cabe destacar que todas as mulheres entrevistadas seguiram suas carreiras profissionais mesmo casadas e com filhos, padrão esse pouco usual na época.

4- Participação política actual: Após a prisão, casamento e maternidade as mulheres abandonaram a militância político-partidária, por longos anos, dedicando-se exclusivamente a carreira profissional. Actualmente, apenas duas mulheres militam em ONG'S ou actuam junto aos sindicatos, acreditando que através destas participações permanecem próximas e fiéis aos seus ideais de igualdade social. Os dados indicam que os sofrimentos das prisões e torturas, o longo tempo de julgamento (em média 3 anos), a perseguição sofrida no ambiente de trabalho e o longo período de duração da ditadura no Brasil (20 anos) fizeram com que essas mulheres, desencantadas, se afastassem da vida política.

5-Memória sobre o período: Esse aspecto foi um dos mais destacados por todas as entrevistadas, que apontaram dificuldades para falar sobre suas trajectórias durante o período da militância/prisão, sendo para algumas delas a primeira vez que relatavam suas trajectórias. Nenhuma das entrevistadas havia, até então, contado sobre sua trajectória de forma tão detalhada. O silêncio imposto pela ditadura através de longos sofrimentos físicos e psicológicos permaneceu nessas mulheres até os dias actuais. Embora nenhuma tenha apresentado uma recusa explícita em participar do trabalho, algumas alegaram não terem o que contar. No entanto, todas se mobilizaram para localizar antigas amigas de militância que não reviam há cerca de 20 anos. Através dessa mobilização essas mulheres foram retomando contacto com o período e com suas memórias, foram lembrando umas às outras detalhes de suas histórias, até o momento que se sentiram preparadas para contar suas histórias, com grande alívio e orgulho por terem espantado “seus fantasmas”, conforme várias delas afirmaram.

Pollack (1989; 1992) afirma que diante de situações-limite é necessário que se mantenha a continuidade da pessoa e de seu mundo, o que o autor veio a chamar de adaptação “identitária”. O autor sugere que a base da luta contra a desintegração pessoal é a mobilização dos valores positivos da vida contra a angústia da perda. De certa forma, é a capacidade que cada indivíduo terá de juntar as peças esvaçadas e dispersadas pelos episódios que viveram directa ou indirectamente. Para o autor, a identidade que buscamos só pode ser encontrada através da memória, pois esta recupera a história vivida, uma história vista como experiência humana de um determinado tempo (memória), opondo-se assim à história como campo de produção de conhecimento (história oficial), que muito pouco contribui para a construção de uma memória colectiva. “*Não é mais a história-problematização e crítica-, mas a memória que (re) conecta o homem contemporâneo, presa do quadro rarefacto da modernidade, ao passado enquanto fonte de identidade, estatuto de origem*” (p.210).

Com base nos dados preliminares pode-se observar que, independentemente da idade das militantes, experiências comuns foram compartilhadas, o que, para Abreu (1994), caracteriza uma geração. Militantes mais novas e mais velhas vivenciaram acontecimentos que estruturaram uma época, e que favoreceram, aos que nela viveram, representações que orientaram comportamentos. Embora compartilhados, os fatos também são vividos diferentemente e, por isso, as intensidades desses mesmos fatos marcam de forma desigual os sujeitos, conforme valores e crenças dos grupos aos quais esses sujeitos pertenciam¹².

Sejam quais forem as consequências que as acções em busca da realização de um projecto social pudessem alcançar e alcançaram (clandestinidade, prisão, tortura), o que se viu foi uma nova forma de vida que exigiu das militantes ajustes extraordinários à sua realidade, principalmente no

¹² É nesse sentido que Velho (1986: 80) alerta para a importância de se contextualizar a “*vertente geracional*” do grupo que se pretende estudar. Estariam, segundo eles, em inter-relação influências de dois níveis: a dos grupos mais imediatos e a de um conjunto maior denominado geração.

que diz respeito ao seu desaparecimento do “mundo legal” que, de acordo com a literatura, foi o primeiro passo que muitos jovens experimentaram na desesperada luta pela sobrevivência naquele contexto.

As circunstâncias nas quais se encontravam os militantes caracterizam a situação-limite assinalada por Pollack (1989;1992) e, nessas condições, é inevitável que estivesse em jogo a integridade psíquica e social dos que se encontravam, por exemplo, na clandestinidade, na situação de confinamento ou tortura, causando um grande impacto sobre a identidade, conforme discute Pollack (1990) em sua análise sobre a experiência de mulheres em campos de concentração. Tais situações exigem uma adaptação constante às novas condições, tanto individuais quanto sociais.

Analisando o processo de socialização de jovens militantes das organizações revolucionárias, Abreu (1997) alega que as gerações anteriores foram de fundamental importância e ajudaram a formar politicamente os guerrilheiros, tendo o início da socialização política dessa geração ocorrido, em geral, na própria casa e através das próprias famílias desses jovens. A vida cristã de justiça social e de caridade e as discussões sobre pobreza, igualdade e educação fizeram parte do aprendizado de muitos desses jovens. “*A pesquisa com ex-guerrilheiros mostra que uma sensibilidade para problemas sociais e uma opção pela luta contra as injustiças e a miséria no país foram despertadas muito cedo em casa (...)*” (Abreu, 1994:190). Se essas foram uma das bases da formação ideológica da época, para o segmento que nos interessa, podemos retomar a discussão sobre as mulheres.

Parece importante salientar que as motivações que levaram uma minoria de mulheres (vale lembrar que os homens militantes também eram minoria) a se envolverem em um movimento de militância e guerrilha devem ser compreendidas, conforme já foi observado anteriormente, no âmbito de um projecto colectivo que apontava para uma transformação na estrutura de poder e autoridade, buscando um ideal de democratização da sociedade (Ferreira, 1994).

Velho (1994) discute de maneira ampla e aprofundada a formulação de um projecto tanto no nível individual quanto colectivo e a conjugação de ambos como sendo um arranjo complexo. Através dessa discussão o autor nos leva a pensar a respeito da adesão de cada indivíduo a uma motivação de cunho genérico ligada a um projecto social ao qual se alinham interesses particulares. Nessa direcção podem ser apontadas as motivações que levaram as jovens a aderirem a um projecto que consistia, na década de 60, na transformação da sociedade pela instauração da justiça social.

6- Considerações finais

Estes são, portanto, alguns aspectos que este trabalho pretende discutir, tentando acompanhar a construção de uma parcela desse passado através de histórias de vida que se enredam em tantas outras, formando uma trama cujos significados possíveis abrem espaço para outros a serem hoje recuperados, dentro de uma perspectiva que só o distanciamento no tempo produz. É inquietante que esse passado ainda não tenha sido suficientemente elaborado pela memória da sociedade brasileira mesmo que sejam claras as razões para isso, durante um certo período, sabendo-se das marcas que os acontecimentos deixaram nos destinos do país.

Através do conteúdo das narrativas dessas mulheres, com suas lembranças e consequente reconstrução de suas histórias de vida, haverá possibilidade de se tentar resgatar parte do repertório sociocultural daquele período no Brasil, contribuindo para a construção de uma história pouco contada. Os dados são compatíveis com a literatura sobre ditaduras, mostrando que em qualquer dos países submetidos a um período de ditadura militar, pouco se têm construído socialmente sobre os acontecimentos, prevalecendo uma outra ditadura: a do silêncio dos que viveram e contribuíram para a construção desse período histórico.

Acreditamos que muito se têm para investigar sobre o assunto também na sociedade Portuguesa, e que um estudo intercultural cotejando as experiências de mulheres brasileiras e portuguesas poderia mostrar as semelhanças e diferenças das configurações das relações de género

nos dois países. Baseado em alguns dados apontados por Boralho (2002) sobre as formas de participação social e política das mulheres na sociedade portuguesa, a autora ressalva que há um desinteresse pela política, reflectido pelo aumento do índice de abstencionismo eleitoral e na inexpressiva participação organizacional, situação essa observada no quadro geral dos indivíduos. O autor acrescenta que “*só depois do 25 de Abril de 1974 é que se pode falar da emergência de uma cultura participativa*” (p.2) de maneira que a busca pela participação que se observou ao longo de período de transição revolucionária, entre 1974 e 1976, não pode ser considerada uma mudança consistente de atitudes e comportamentos, mas sim uma descompressão social e política¹³.

Se esse pode ser considerado o quadro geral da população portuguesa, aí se incluem as mulheres que, de alguma forma, lutaram por um ideal revolucionário e que, junto com uma grande parcela da população, foram também silenciadas, vindo a inibir parte da produção do repertório sociocultural desse país.

Vale acrescentar que no Brasil, verificamos que uma tentativa de construção dessa memória vem sendo elaborada, a partir da década de 80, através de testemunhos de ex-militantes, de militares e de muitos outros que estiveram envolvidos directa ou indirectamente nos confrontos. Essas contribuições que surgem fazem circular ideias e experiências sobre o processo, fazendo chegar ao grande público partes desse passado. Não só a publicação de testemunhos, mas a elaboração de outros meios de circulação no campo da literatura, na imprensa, no cinema e até na televisão vão dando visibilidade a aspectos e versões da história da época. Somando-se a esses esforços, a produção académica, sob forma de pesquisas, de reflexões teóricas e de discussão interdisciplinar, vem aprofundando significativamente a elaboração da questão. Assim, pode-se dizer que há nesse momento condições culturais e históricas favoráveis à produção e à percepção dos discursos femininos e à construção da memória social dos anos da ditadura militar.

Referências bibliográficas

- ABREU, A. A. de. Quando eles eram jovens revolucionários. In: H.V. (org.) **Galeras Cariocas: Territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- AGUIAR, J.A . Panorama da Música popular brasileira. In, Schawartz, S; Sosnowski, S. (orgs.) **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.p.121-130.
- BORALHO, A . **Formas de participação social e política das mulheres dos Açores**. Lisboa: Anais do IV Congresso Português de Sociologia, 2003, meio digital.
- CARMO, P.S. **Culturas da rebeldia: a Juventude em questão**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- CARVALHO, L.M. **Mulheres que foram a luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.
- CATELA, L.S. **Situação limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Hicitec, Anpocs, 2001.
- COLLING, A . Mª. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.
- FERREIRA, E.F.X. **Mulheres militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HALBWACHS, M. **A memória colectiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

¹³ Braga da Cruz, 1995; Citado por Boralho, 2003, p.02.

- MARTINS FILHO, J.R. (org.). **Movimento estudantil e Ditadura militar: 1964-1968.** Campinas/SP: papirus, 1987.
- MICHALSKI, Y. A crise do teatro dentro da crise maior. In, Schawartz, S; Sosnowski, S. (orgs.) **Brasil: o trânsito da memória.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.p.113-120.
- POLLAK, M. **L' expérience concentrationnaire.** Paris: Métailié, 1990.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 5, (10):200-212, 1992.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2 (3): 3-15, 1989.
- RIDENTI, M.S. As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. **Tempo Social: Revista de Sociologia.** São Paulo, USP, 2 (2): 113-128, 2 sem.,1990.
- RIDENTI, M.S. **As mulheres na política brasileira: os tempos de chumbo. Tempo Social: Revista de Sociologia.** São Paulo, USP, 2 (2): 113-128, 2 sem.,1990
- SIMÕES, I. **Roteiro da intolerância: a censura cinematográfica no Brasil.** São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1999.
- VALLE, Mª.R. **1968 o diálogo é a violência: movimento estudantil e ditadura militar no Brasil.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1999
- VELHO, G. **Projecto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.
- VELHO, G. Subjectividade e política. In G. Velho, **Subjectividade e sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1986. P.79-89.
- VENTURA, Z. **1968: o ano que não terminou.** Rio de Janeiro: nova Fronteira, 1988.